

Inclusão social via inclusão digital, uma construção possível?

Danielle Maria de Souza^{*} & Roberta Ferreira Coelho^{**}

Resumo: Este artigo procura compreender a relevância da inclusão digital para a população menos favorecida e até que ponto ela pode ser considerada um mecanismo de inclusão social. Para tal, pesquisou-se o projeto de inclusão digital do Comitê para Democratização da Informática – CDI/AM, cuja proposta política pedagógica estabelece como principais metas a promoção da cidadania e a inclusão social, utilizando como ferramenta a informática. Nesse sentido, procura responder às inquietudes advindas com o processo de evolução das tecnologias da comunicação e informação e suas consequências nas práticas de trabalho. Para a coleta de dados adotou-se entrevistas com os coordenadores e aplicação de questionários com os alunos da Escola de Informática e Cidadania – EIC, (localizada no centro de Manaus e vinculada ao Comitê para a Democratização da Informática – CDI/AM.) que possibilitaram conhecer a realidade socioeconômica, bem como a identificação dos valores e princípios que norteiam o CDI por meio da sua proposta político-pedagógica. O estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, a qual teve como amostragem 30 alunos da escola, o que corresponde a uma turma pesquisada.

Palavras-chave: mundo do trabalho, terceiro setor, tecnologias da informação e comunicação.

Abstract: This article seeks to understand the importance of digital inclusion for the less favored population and the extent to which it may be a mechanism for social inclusion. To this end, research is the project of digital inclusion of the Committee for Democratization of Information Technology - CDI / AM, which sets educational policy proposal as main goals the promotion of citizenship and social inclusion, using the computer as a tool. Accordingly, attempts to answer the questions arising in the process of development of information and communication technologies and the impact on working practices. For data collection took up interviews with coordinators and application of questionnaires to the students of the School of Computer Science and Citizenship - EIC, (located in the center of Manaus and linked to the Committee for the Democratization of Information Technology - CDI / AM.) That allowed to know the socioeconomic reality and the identification of values and principles that guide the CDI through its political-pedagogical proposal. The study consisted of a qualitative and quantitative research, which has 30 pupils in the school sample, which corresponds to a class researched.

Key words: world of work, third sector, information and communication technologies.

^{*} Graduada em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Email: dani_ellems@hotmail.com

^{**} Doutoranda e Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e docente da Faculdade Salesiana Dom Bosco.

A inclusão digital como uma das novas exigências para o mercado de trabalho

A introdução das tecnologias da informação e comunicação contribuiu para acirrar ainda mais a competitividade entre os trabalhadores devido às mutações que provocou, tornando a sociedade mais competitiva e excludente, pois a crescente exigência do mercado de trabalho por inovações tecnológicas e por melhores produtos e serviços, pressupõe que empresas e trabalhadores estejam integrados a este processo.

Wolf (2004:359) afirma que a crise da década de 70 trouxe “profundas mudanças no mercado de consumo, determinando uma mundialização do capital, que, por sua vez, exigiu das empresas uma reestruturação produtiva”. Tais mudanças são decorrentes da aplicação e desenvolvimento das novas tecnologias e da necessidade de responder à crise.

A reorganização do processo produtivo é baseada na informatização e na globalização, rompendo assim com o padrão da sociedade industrial. De acordo com Wolf (2004), a diversificação do mercado, advinda com a mundialização, fez surgir um novo perfil de empresa: a empresa integrada e flexível, cuja principal característica é a administração participativa. Ela tem como objetivo: “conformar um novo perfil de trabalhador que responda às demandas exigidas pela mundialização e sua expressão melhor acabada no interior das empresas: informatização da produção” (WOLF, 2004: 360).

O desenvolvimento tecnológico é a base das modificações ocorridas no processo de produção, causando alterações na sociedade, uma vez que esta vive norteadas pelo mundo das informações e da tecnologia. Como consequência, vivemos em uma sociedade que procura cada vez mais o êxito profissional, contudo, tal êxito não requer apenas conhecimento técnico, visto que o trabalhador, para responder às exigências impostas pela sociedade do conhecimento, precisa ir além do simples manejo do maquinário informatizado.

A redução do Estado e a refilantropização das políticas sociais

O Estado reconfigura-se de forma a estar mais afastado do exercício de suas funções como provedor das políticas sociais. Na ausência do setor público, a sociedade civil é chamada a intervir, uma vez que há um intenso apelo à solidariedade e ao voluntariado. Assim dentre outros fatores, a ausência e a ineficiência de políticas públicas para este fim, deixa uma lacuna, responsável pela expansão do terceiro setor. Além disso, a responsabilidade social empresarial emerge também como uma das respostas para o enfrentamento da pobreza. Conforme Montaña (2005) afirma, é uma estratégia neoliberal para cuidar da questão social tendo como principal instrumento o terceiro setor.

Com o avanço das políticas neoliberais, surge uma nova dinâmica societária, na qual o cidadão não pode mais contar com o Estado para prover suas necessidades básicas. Harvey (2004) afirma que a cultura da pós-modernidade é resultado do surgimento das formas de acumulação capitalista, em que predominam a supervalorização do mercado e a individualização. Assim, a atual crise do emprego, identificada na precarização das relações de trabalho, aponta para um novo contrato social, sendo que agora não mais organizado sobre as bases keynesianas e fordistas. Nesse contexto, o cidadão emerge na condição de consumidor, isso porque o mercado passa a ser uma alternativa para superar a pobreza (MONTAÑO, 2005).

As novas tecnologias promovem melhorias para alguns e produzem uma nova forma de exclusão social: a exclusão digital, a qual atinge todos que não possuem acesso e conhecimento para manusear a diversidade de máquinas e equipamentos digitais, não apenas a informática, mas sobretudo a gama de equipamentos eletrônicos como centrais eletrônicas, controles remotos, celulares e outros.

Com o objetivo de atender esse novo grupo de excluídos digitais surge o Comitê para a Democratização da Informática – CDI, uma organização não governamental e sem fins lucrativos que oferece, por intermédio das Escolas de Informática e Cidadania – EIC, programas educacionais e profissionalizantes para as comunidades de baixa renda. A rede é formada pelos CDI's regionais e internacionais. No Amazonas já foram implantadas 19 escolas, sendo 13 em Manaus. As EIC's funcionam nas associações de bairros, bem como, nas dependências de empresas públicas e privadas.

Inclusão digital e cidadania

Diferente das revoluções precedentes, em que a mão de obra era incorporada maciçamente, a atual revolução elimina postos de trabalho, uma vez que com as inovações tecnológicas não há mais necessidade de uma grande quantidade de trabalhadores, alterando significativamente o processo de produção.

De acordo com Ross (2006), o mundo moderno exige conhecimentos mais amplos do que no passado, por isso há uma crescente demanda pela qualificação profissional e, sobretudo, a exigência de conhecimentos e habilidades diferentes capazes de atender às novas requisições do mercado. Por essa razão, há uma intensa procura por capacitação, principalmente na área de informática, tendo em vista que o uso das ferramentas da comunicação e informação ganhou um espaço importante no ambiente de trabalho.

Essa realidade, impulsionada pelo capitalismo globalizado, vem alterar significativamente as práticas no trabalho, haja vista que aqueles que não atendem a tais exigências estão excluídos do mercado formal, gerando-se um movimento intenso de busca por qualificação profissional e a disseminação da competitividade e individualismo, entendidos por Laurell (2002) como o motor que move os homens no mercado. Os dados obtidos através do presente estudo confirmam essa afirmação, pois a maior parte dos alunos da Escola de Informática e Cidadania não possui formação escolar completa e, por isso, procuram cursos para qualificar seus currículos.

A dinâmica da evolução do mercado de trabalho cria uma nova perspectiva na vida dos jovens, em que o maior nível de escolaridade e qualificação representa uma possível oportunidade de garantir os melhores empregos. Porém, nem sempre isso acontece, uma vez que o mercado não absorve toda mão-de-obra disponível devido às mudanças constantes nos processos produtivos e, conseqüentemente, a criação de uma grande massa de trabalhadores excluídos, formando o exército de reserva produzido pelo capital.

Outro aspecto importante investigado foi a faixa etária. Identificou-se que os jovens estão buscando essa capacitação mais cedo a fim de ingressarem no mercado de trabalho. 41% dos jovens da escola estão na faixa etária de 13 a 18 anos e estão se preparando para o mercado. Essa situação é decorrente das novas formas do mercado de trabalho, que por estar cada vez mais exigente, requisita daqueles que estão buscando sua primeira oportunidade de ingressar no mercado, a experiência e a qualificação

profissional. Como a demanda por empregos é maior que a oferta de vagas, a busca pela capacitação é cada vez mais precoce.

A moderna sociedade capitalista impôs uma nova dinâmica e perfil de trabalhador, dentro do qual são necessárias mentes participativas e criativas, exigindo-se que o operário moderno domine novos conhecimentos no exercício de suas funções. Segundo Ross (2006), aquele trabalho mecânico implantado nas manufaturas européias foi reestruturado com a introdução das máquinas, contudo não perdeu seu caráter alienante.

O CDI pretende com a democratização da informática viabilizar a inclusão social e a promoção da cidadania. As observações aqui abordadas demonstram que o projeto de inclusão digital do CDI está voltado para a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho e não à inclusão social. Pode-se afirmar que um projeto voltado à inclusão social precisa ter uma proposta mais ampla e não somente técnica. De acordo com Rattner (2002:01): “a inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade, e conseguem além de emprego e renda acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais”.

Pensar em inclusão é reconhecer que existe uma exclusão, não apenas digital, mas sobretudo uma privação dos direitos de acesso à cidadania plena, ou seja, acesso à educação, ao trabalho, à participação social, entre outros. Para Sposati (1998), a exclusão é inerente ao processo de acumulação capitalista e atualmente se confronta com a noção de universalidade e com os direitos sociais, na medida em que “a exclusão é a negação da cidadania” (p. 03).

Considerações finais

Cada ciclo da história produz conflitos, avanços e retrocessos, bem como as soluções para seus momentos de crise. Um dos principais instrumentos da atual conjuntura denominada era do conhecimento, são as Tecnologias da Comunicação e da Informação, os discursos relacionados a elas geralmente são pautadas nas vantagens que podem proporcionar e assim são pensadas políticas públicas que promovam a inclusão digital com vistas ao desenvolvimento social.

As discussões abordadas até aqui nos permitiram reafirmar que, apesar dos avanços tecnológicos e das conquistas com a democratização da informática, a sociedade é marcada por contrastes sociais e, por isso, as políticas de inclusão devem ter propostas mais amplas e articuladas a outras políticas. Entendemos que inserir o indivíduo na era digital não é suficiente para garantir seu desenvolvimento social, visto que nem os direitos sociais básicos como a educação foram universalizados.

A questão norteadora deste artigo foi saber a contribuição do CDI ao promover a inclusão digital com a finalidade de garantir a inclusão social. Isso nos levou a considerar alguns conceitos sobre a lógica da sociedade capitalista na atualidade. Assim, compreende-se que a inclusão digital é mais uma exigência do mundo globalizado, no qual as mudanças no processo de produção estão sob novas formas, mas os mecanismos de acumulação de capital e concentração de riquezas permanecem basicamente os mesmos na sociedade da informação e do conhecimento.

Referências

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RATTNER, Henrique. Sobre exclusão social políticas de inclusão. In: Revista Espaço Acadêmico, ano II, nº 18, Novembro de 2002. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 30/10/07.

ROSS, Paulo Ricardo. **Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais**. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Seminário Exclusão social. PUC – SP. São Paulo, 1998.

WOLF, Simone. Qualidade Total e informática: a constituição do novo “homem máquina”. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 355 - 408.